

NOTA INTRODUTÓRIA

A **Classificação Portuguesa do Consumo Individual por Objectivo**, abreviadamente designada **CCIO**, elaborada pelo Instituto Nacional de Estatística, I.P. (INE, I.P.) com a colaboração das entidades em anexo, corresponde à primeira edição oficial editada a nível do País.

A CCIO estabelece a classificação do consumo individual descrito pelo objectivo ou fim do consumo dos bens e serviços colocados à disposição das famílias e do indivíduo, utilizados pelas Famílias, Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF) e Administração Pública para satisfação directa das suas necessidades.

Encontra-se harmonizada com a COICOP (Classificação do Consumo Individual por Objectivo da OCDE) e o HBS/IDEF/2010 (Lista Europeia de Bens e Serviços do Inquérito às Despesas da Família).

A disponibilização da CCIO vem preencher uma lacuna importante no Sistema Estatístico Nacional (SEN), quer em termos de aplicação privilegiada a nível de algumas áreas estatísticas (Contas Nacionais, Preços no Consumidor e Despesas das Famílias), quer como classificação central de referência para o desenvolvimento coordenado a partir dela de detalhes específicos na óptica do consumo das famílias.

Esta publicação, para mais fácil consulta, encontra-se dividida em seis partes: Apresentação Geral, Estrutura, Notas Explicativas, Tabelas de Equivalência, entidades consultadas e Deliberação. Encontra-se também disponível no site do INE (www.ine.pt).

Para uma aplicação mais coordenada e fácil por parte dos utilizadores, prevê-se disponibilizar em 2010 um Índice Alfabético para esta Classificação.

O Conselho Superior de estatística (CSE) aprovou a presente classificação por unanimidade, através da Deliberação nº 13, de 16/03/2010, tornando-se um quadro básico de referência para as estatísticas do consumo e preços de bens e de serviços das famílias e para outros fins específicos de entidades públicas e empresas.

O INE aproveita este espaço para agradecer a colaboração das várias entidades que participaram nos trabalhos de concepção da CCIO, assim como todas as críticas e sugestões que os utilizadores entendam por bem fazer para a sua melhoria em próxima revisão.

PRINCIPAIS SÍMBOLOS, SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

CAE	Classificação Portuguesa de Actividades Económicas
CCIO	Classificação do Consumo Individual por Objectivo
CITE/ISCED	Classificação Internacional Tipo para a Educação
CNBS	Classificação Nacional de Bens e Serviços
COFOG	Classificação das Funções da Administração Pública da OCDE
COICOP	Classificação do Consumo Individual por Objectivo da OCDE
COICOP-IOF	Classificação do Consumo Individual por Objectivo Adaptada aos Inquéritos aos Orçamentos Familiares (Eurostat)
COPNI	Classificação dos Objectivos das ISFLSF da OCDE
CPC	Classificação Central de Produtos das Nações Unidas
CSE	Conselho Superior de Estatística
D	Duradouros
GT CES	Grupo de Trabalho das Classificações Económicas e Sociais
HBS	Inquérito aos Orçamentos Familiares do Eurostat
IDEF	Inquérito às Despesas das Famílias
INE	Instituto Nacional de Estatística
ISFLSF	Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias
N.E.	Não Especificado
ND	Não Duradouros
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ONU	Organização das Nações Unidas
p	Parte
PIB	Produto Interno Bruto
S	Serviços
SD	Semi-Duradouros
SEN	Sistema Estatístico Nacional
SPCE	Secção Permanente de Coordenação Estatística

ESCLARECIMENTOS SOBRE A CCIO

- ♦ Dra. Alexandra Abreu - Tel.: 21 842 61 00 (ext. 3421)
E-mail: Alexandra.abreu@ine.pt

ÍNDICE SISTEMÁTICO

	Pág.
♦ Nota Introdutória	3
♦ Principais Símbolos, Siglas e Abreviaturas Utilizadas	4
♦ Esclarecimento sobre a CCIO	4
♦ Índice Sistemático	5
♦ Apresentação Geral	7
1- Objectivos	9
2 - Princípios básicos de concepção	9
3 - Sistema de codificação	12
4 - Correspondência entre a CCIO e outras classificações	13
5 - Estrutura.....	17
6 – Notas explicativas e regras gerais de compreensão	18
7 – Unidades estatísticas e regras de classificação.....	19
8 – Definições e conceitos com interesse específico.....	21
9 – Aprovação da CCIO pelo CSE.....	23
♦ Estrutura	25
♦ Notas Explicativas	71
♦ Tabelas de Equivalência	285
♦ Anexos	
Entidades consultadas	293
Deliberação do Conselho Superior de Estatística	301

APRESENTAÇÃO GERAL

1. OBJECTIVOS

A Classificação Portuguesa do Consumo Individual por Objectivo (CCIO), tal como se apresenta estruturada e organizada, constitui um instrumento fundamental para as estatísticas do consumo, quer em termos de observação, análise, consolidação de séries, comparabilidade internacional e de coordenação técnica estatística.

Os principais objectivos estatísticos a alcançar pela CCIO podem resumir-se no seguinte:

- Dotar o SEN duma classificação central do consumo individual de bens e de serviços, por finalidade ou objectivo, integrada no quadro internacional e ajustada à realidade portuguesa
- Servir de suporte ao desenvolvimento de detalhe específico para observação estatística a nível de preços no consumo e despesas das famílias
- Facilitar a comparabilidade estatística a nível internacional da componente despesa, designadamente do PIB
- Disponibilizar aos produtores, utilizadores e fornecedores da informação estatística potencialidades acrescidas em termos de coordenação técnica, organização e de comunicação
- Proporcionar aos utilizadores os meios para realizar estudos e análises, entre outros assuntos, sobre bem estar, poupança, produtividade e crescimento económico-social
- Responder a pedidos de informação comunitários e internacionais sobre a componente da despesa individual, de bens e de serviços.

Embora a CCIO se destine essencialmente a fins estatísticos, tem também amplo sentido a sua aplicação em outros domínios, nomeadamente, para apoiar políticas de consumo e de intervenção em matéria de sensibilização por parte das entidades que actuam no âmbito da defesa do consumidor.

2. PRINCÍPIOS BÁSICOS DE CONCEPÇÃO

A Classificação Portuguesa do Consumo Individual por Objectivo (CCIO) foi estruturada e organizada, para salvaguarda da comparabilidade estatística, a partir da COICOP da OCDE (quadro internacional de referência para o âmbito da CCIO) e das listas do HBS/IDEF 2005/2006 e de 2010.

A Classificação Nacional de Bens e de Serviços de 2008 (CNBS/2008) e a Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3), entre

outras referências nacionais, constituíram também apoios importantes para a concepção da CCIO.

A Estrutura básica da CCIO é a COICOP, quer em termos de codificação, quer de definição do âmbito de cada um dos níveis comuns (Divisão, Grupo e Classe), adoptando-a em todos estes níveis para assegurar a comparabilidade estatística no plano internacional.

O detalhe nacional foi estabelecido de forma integrada, a partir do nível Classe (nível mais elementar) da COICOP, tomando por base principalmente os IDEF 2005/2006 e de 2010.

Sempre que os bens e serviços das listas do IDEF não estavam harmonizados com a COICOP, a CCIO procedeu aos necessários ajustamentos de forma a assegurar uma real convergência com a COICOP nos níveis comuns à CCIO.

A concepção da CCIO corresponde à COICOP até ao nível Classe e mantém os critérios de agrupamento desta Classificação: finalidade ou função (particularmente nos níveis Divisão e Grupo), durabilidade e relevância no nível Classe. Os critérios de agrupamento dos restantes níveis da CCIO (Subclasse e Categoria) incidem, principalmente, na relevância, durabilidade e valor dos bens e serviços do correspondente nível.

À semelhança da COICOP, incluíram-se no nível Classe, as abreviaturas da correspondente classificação em termos de bens não duradouros (ND), bens semi-duradouros (SD), bens duradouros (D) e Serviços (S).

O detalhe dos níveis Subclasse e Categoria, para além de integrar as listas do IDEF, encontra-se actualizado em termos de realidade nacional, oferecendo condições analíticas acrescidas em termos de bens duradouros, semi-duradouros, não duradouros e serviços.

A CCIO encontra-se estruturada para resposta às necessidades estatísticas do consumo individual, particularmente, em termos das despesas das famílias e preços no consumidor, funcionando como classificação central para qualquer detalhe neste domínio. Apesar de não ter por base nenhum modelo particular do comportamento do consumo, a sua estrutura permite realizar estudos sócio-económicos (estrutura das despesas familiares, elasticidade-rendimento, etc.) de relevante importância para a definição e apoio às políticas da família. Como alguns analistas, em estudos de despesas e poupanças das famílias, consideram as despesas em bens duradouros incluídos nesta classificação como despesas de capital, a CCIO oferece condições para separar estas despesas e tratá-las de forma ajustada às necessidades.

O consumo individual da CCIO enquadra as despesas das famílias, as despesas de consumo das Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF) e as despesas do consumo individual das Administrações Públicas (Governo).

Por despesas de consumo individual entendem-se todas as despesas que são realizadas em benefício de pessoas individuais e/ou dos agregados familiares.

As despesas individuais realizadas pelos três sectores institucionais referidos (Famílias, ISFLSF e Administrações Públicas) pertencem a Divisões diferentes da CCIO, conforme a seguir se refere:

- Despesas do consumo individual das famílias (Divisões 01 a 12)
- Despesas do consumo individual das ISFLSF (Divisão 13)
- Despesas do consumo individual das Administrações Públicas (Divisão 14)

A partir dos 12 grandes objectivos ou finalidades definidas na CCIO/COICOP, apresenta-se no quadro seguinte o consumo individual incorporando os códigos dos três sectores institucionais acima referidos, assim como o consumo final (total) das famílias.

Divisão/CCIO		Famílias	ISFLSF	Adminst. Públicas (Governo)	Consumo Final
Código	Objectivo/Designação	Códigos CCIO			
01	Prod. alimentares e bebidas não alc.....	01	-	-	01
02	Bebidas alcoólicas, tabaco e.....	02	-	-	02
03	Tecidos, vestuário e calçado	03	-	-	03
04	Rendas, habitação, água, electricidade..	04	131	141	04+131+141
05	Mobiliário, artigos de decoração....	05	-	-	05
06	Saúde	06	132	142	06+132+142
07	Transportes	07	-	-	07
08	Correios, telecomunicações.....	08	-	-	08
09	Lazer, entretenimento,	09	133	143	09+133+143
10	Educação	10	134	144	10+134+144
11	Restauração e alojamento....	11	-	-	11
12	Outros bens e serviços	12	135+136	145	12+135+136+145
12.1	Apoio social	124	135	145	124+135+145
12.2	Outros bens e serviços, n.e.	121, 122, 123, 125, 126 e 127	136	-	121+122+123+125+126+127+136

As Divisões 13 (ISFLSF) e 14 (Administrações Públicas) incluídas neste quadro correspondem à parte das classificações funcionais COPNI e COFOG cujas despesas são adicionadas ao consumo individual das famílias de modo a obter o consumo efectivo das famílias. Estes bens e serviços individuais são tratados como transferências sociais, sendo deduzidas das outras componentes da despesa colectiva integradas na COPNI e na COFOG.

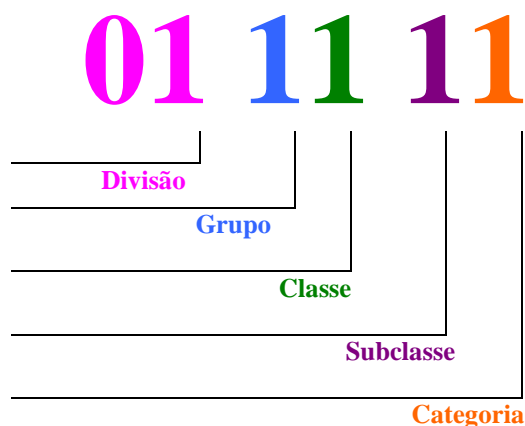
Este quadro permite, portanto, identificar as rubricas comuns às três classificações, estabelecendo assim uma correspondência entre elas.

A CCIO permite determinar, por isso, a totalidade (princípio da exaustividade) das despesas do consumo individual em bens e serviços, sendo também qualquer posição mutuamente exclusiva (princípio da não repetitividade) em relação às restantes.

3. SISTEMA DE CODIFICAÇÃO

O sistema de codificação da CCIO comporta um código de seis dígitos, repartido por cinco níveis (Divisão, Grupo, Classe, Subclasse e Categoria).

A codificação inicia-se no nível Divisão (dois dígitos), desce ao Grupo (três dígitos), à Classe (quatro dígitos), à Subclasse (cinco dígitos) e termina na Categoria (seis dígitos). A relação código/nível depende-se facilmente a partir do esquema que a seguir se apresenta para a Categoria 011111 (Arroz simples).



O nível **Divisão** começa no código 01 e termina na Divisão 14, portanto num total de 14 Divisões.

A codificação do **Grupo** é feita a partir do código da Divisão, usando sequencialmente o sistema decimal (1 a 9).

A **Classe** é codificada a partir do Grupo, utilizando os mesmos critérios definidos para a codificação do Grupo.

A **Subclasse** é codificada a partir da Classe e a **Categoria** a partir da Subclasse, utilizando os critérios definidos para a Classe.

Em todos os níveis em que o último dígito (primeiro dígito da direita) é zero significa que esse nível ou níveis não foram desagregados, mantendo nesta situação a mesma designação e âmbito do nível com o último dígito diferente de zero.

Nos quadros seguintes apresenta-se a visão integrada de duas Divisões (uma sem zeros à direita do último código diferente de zero e outra com zeros).

Estrutura integrada sem zeros à direita

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NÍVEL
01	Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	Divisão
011	Produtos alimentares	Grupo
0111	Cereais, pão e outros produtos à base de cereais	Classe
01111	Arroz	Subclasse
011111	Arroz simples	Categoria

Estrutura integrada com zeros à direita

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	NÍVEL
04	Rendas, água, electricidade, gás e saneamento	Divisão
045	Electricidade, gás e outros combustíveis	Grupo
0451	Electricidade	Classe
04511	Electricidade consumida na residência principal	Subclasse
045110	Electricidade consumida na residência principal	Categoria

O sistema de codificação da CCIO adoptou o código da COICOP nos níveis Divisão, Grupo e Classe, para salvaguarda da comparabilidade estatística internacional.

O detalhe da CCIO foi estabelecido, de forma integrada, a partir do código da Classe da COICOP, tomando por base o IDEF e a realidade nacional.

Pode concluir-se, portanto, que a CCIO e a COICOP são equivalentes nos seus níveis comuns, quer em termos de código, quer de designação. Os dois níveis (Subclasse e Categoria) de detalhe suplementar da CCIO em relação à COICOP constitui um detalhe compatível com o detalhe do último nível da COICOP (Classe).

Para além de assegurar uma eficaz comparabilidade no quadro internacional, o sistema de codificação adoptado permite, mediante um processo de agregação, passar dos níveis nacionais para o internacional, facilitando as respostas a pedidos internacionais.

4. CORRESPONDÊNCIA ENTRE A CCIO E OUTRAS CLASSIFICAÇÕES

Das informações contidas nos pontos anteriores depreende-se que a CCIO mantém correspondência com a COICOP da OCDE e outras classificações, conforme a seguir se expõe para as classificações com as quais mais se relaciona. Trata-se dum aspecto importante para os produtores e utilizadores da informação estatística.

Correspondência CCIO → COICOP

A CCIO, como se depreende do quadro seguinte, apresenta uma concepção integrada no nível Classe (4 dígitos) da COICOP da OCDE.

Nível Classificação	Divisão (dois dígitos)	Grupo (três dígitos)	Classe (quatro dígitos)	Subclasse (cinco dígitos)	Categoria (seis dígitos)
CCIO	14	58	157	380	647
COICOP	14	58	157	-	-

A CCIO, respeita todos os princípios da COICOP sendo a equivalência directa por somatório dos seus níveis mais elementar (Categoria e Subclasse) para os níveis da COICOP (comuns às duas classificações), isto é, o método de concepção adoptado dispensa a disponibilização duma Tabela de equivalência entre as duas classificações.

Correspondência CCIO → HBS/IDEF/2010

As listas de produtos e de serviços utilizadas nos Inquéritos às Despesas da Famílias de (IDEF 2005/2006 e de 2010), com elevado pormenor de detalhe, constituíram a principal referência para a construção dos níveis Subclasse e Categoria da CCIO, das Divisões 01 a 12.

A lista do IDEF/2010, no seu nível mais elementar (código de oito dígitos), apresenta nos seus quatro primeiros dígitos uma correspondência quase a cem por cento com a COICOP (os seus desvios em relação a esta classificação são pontuais e pouco relevantes), sendo por isso também correspondente aos primeiros quatro dígitos da CCIO nas Divisões 01 a 12.

No capítulo Tabelas de Equivalência apresentam-se mais desenvolvimentos sobre as correspondências CCIO → HBS/IDEF/2010.

Correspondência CCIO → CNBS

Apesar dos objectivos estatísticos da CCIO serem diferentes da Classificação Nacional de Bens e Serviços (CNBS), a parte dos bens e serviços desta classificação compreendidos na CCIO encontram-se, tanto quanto possível, harmonizados entre as duas classificações.

Embora seja possível, em termos teóricos, estabelecer equivalências entre a CCIO e a CNBS considerou-se de interesse reduzido fazê-lo neste contexto.

Na perspectiva duma maior integração e harmonização é importante em próximas revisões continuar, tanto quanto possível, o estudo de convergência entre as duas classificações.

Correspondência CCIO → COPNI

A Classificação do Consumo das Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (COPNI) da OCDE estabelece as principais despesas de consumo individual da unidade institucional família. Estas despesas estão relacionadas, no todo ou em parte, com as Divisões 04, 06, 09, 10 e 12 da CCIO/COICOP, para a observação e a análise estatística das Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias.

A COPNI é utilizada para identificar as despesas que são, regra geral, consumos das famílias. Estas despesas, cruzadas com rubricas correspondentes da CCIO ou da COICOP, permitem determinar o consumo efectivo por objectivos.

Na CCIO e na COICOP, a Divisão 13 desagrega as despesas em várias posições de detalhe, permitindo determinar o consumo efectivo das famílias de acordo com os objectivos estabelecidos na CCIO/COICOP.

Não há, em termos técnicos, uma verdadeira tabela de equivalência entre a CCIO e a COPNI, por a COPNI incorporar de forma articulada alguns níveis da COICOP/CCIO, como o quadro que a seguir se apresenta pretende evidenciar:

CCIO/COICOP			COPNI
Divisão	Grupo	DESIGNAÇÃO	
	041	Rendas efectivas, da habitação (inclui anexos e garagens)	01.0.0
06		Saúde	02.1 02.2 02.3 02.4 02.5 02.6
	094	Serviços desportivos, recreativos e culturais	03.1 03.2
10		Educação	04.1 04.2 04.3 04.4 04.5 04.6 04.7
	124	Apoio social	05.1 05.2

CCIO/COICOP			COPNI
Divisão	Grupo	DESIGNAÇÃO	
-	-	Sem correspondência nas Divisões 01 a 12 da CCIO/COICOP e na Divisão 14 da COGOG	06.0 07.1 07.2 07.3 08.1 08.2 09.1 09.2

A Tabela de Equivalência entre o nível Categoria (nível mais elementar) da Divisão 13 da CCIO e os quatro dígitos da COPNI está integrada na Tabela de Equivalência CCIO→IDEF/2010, aconselhando-se a consulta do capítulo Tabelas de Equivalência.

Correspondência CCIO → COFOG

A Classificação do Consumo da Administração Pública (COFOG) da OCDE estabelece as despesas de consumo desta unidade institucional.

Estas despesas estão relacionadas, no todo ou em parte, com as Divisões 04, 06, 09, 10 e 12 da CCIO/COICOP, para a observação e a análise estatística das instituições que integram a Administração Pública.

A COFOG permite também identificar as despesas suportadas pela Administração Pública em substituição das famílias. Estas despesas cruzadas com as rubricas correspondentes da CCIO ou da COICOP, contribuem para o cálculo do consumo real das famílias, por finalidade ou objectivo.

Na CCIO e na COICOP a Divisão 14 desagrega as despesas da Administração Pública em várias posições de detalhe, de forma a determinar o consumo efectivo das famílias de acordo com os objectivos estabelecidos na CCIO/COICOP.

Tal como referido para a COPNI, não existe para a COFOG uma verdadeira tabela de equivalência entre a CCIO e a COFOG, reflectindo a COFOG, de forma articulada, alguns níveis da COICOP/CCIO para efeitos do cálculo do consumo efectivo individual das famílias, como é evidenciado no quadro seguinte:

CCIO/COICOP			COFOG
Divisão	Grupo	DESIGNAÇÃO	
	041	Rendas efectivas, da habitação (inclui anexos e garagens)	10.6.0
06		Saúde	07.1 07.2 07.3 07.4 07.5 07.6

CCIO/COICOP			COFOG
Divisão	Grupo	DESIGNAÇÃO	
	094	Serviços desportivos, recreativos e culturais	08.1 08.2
10		Educação	09.1 09.2 09.3 09.4 09.5 09.6
	124	Apoio social	10.1 10.2 10.3 10.4 10.5 10.7
13		Despesas de consumo ISFLSF	-

A Tabela de Equivalência entre o nível Categoria (nível mais elementar) da Divisão 14 da CCIO e os quatro dígitos da COFOG está integrada na Tabela de Equivalência CCIO → IDEF/2010, aconselhando-se a consulta do capítulo Tabelas de Equivalência.

Correspondência CCIO → CITE/ISCED/97

A Divisão 10 (Educação) da CCIO, harmonizada com o sistema educativo nacional, encontra-se também alinhada com a Classificação Internacional Tipo da Educação (CITE/ISCED) de 1997.

As correspondências entre a CCIO e a CITE/ISCED/97 apresentam-se no quadro que se segue:

CCIO	CITE/ISCED/97
10101	0
10102	1
10103	1
1020	2
1020	3
10300	4
10400	5
10400	6

Esta tabela revela-se particularmente importante para dar resposta a compromissos internacionais.

5. ESTRUTURA

A Estrutura da CCIO deve ser entendida no âmbito desta classificação como definida por um código + designação.

Em relação ao código o fundamental foi dito no ponto três relativo ao sistema de codificação.

A designação apresenta-se numa versão bastante desenvolvida de forma a assegurar uma utilização eficaz da classificação a este nível. Considera-se necessário no futuro estabelecer uma versão abreviada para efeitos de tratamento automático da informação.

As designações dos níveis Divisão, Grupo e Classe decorrem da COICOP, mas apresentam-se mais completas e adaptadas à realidade portuguesa do que a versão inglesa desta classificação.

As designações dos níveis Subclasse e Categoria tiveram por base a lista do HBS/IDEF da União Europeia e as propostas de entidades nacionais que participaram na concepção da CCIO.

A relação código – designação encontra-se estabelecida numa base de âmbito e não de nível, significando tal facto que a designação pode corresponder a mais do que um nível. Assim, neste contexto, a passagem duma designação para outra de nível inferior só é concretizada desde que correspondam a âmbitos diferentes, isto é, não há uma correspondência directa entre um nível e uma designação.

A Estrutura compreende duas partes: uma relativa a macro estrutura (Divisões e Grupos) e outra à Estrutura com todos os níveis.

Para uma melhor percepção do exposto apresenta-se a seguir a matriz completa de uma parte da Estrutura.

A parte não sombreada (Divisão, Grupo e Classe) corresponde também à COICOP e a parte sombreada representa o detalhe ajustado às necessidades nacionais.

Divisão*	Grupo*	Classe*	Subclasse	Categoria	DESIGNAÇÃO
02	021	0211			BEBIDAS ALCOÓLICAS, TABACO E NARCÓTICOS
					Bebidas alcoólicas
					Licores, aguardentes e outras bebidas espirituosas (ND)
			02111	021110	Licores
			02112	021120	Aguardentes

			02113	021130	Outras bebidas espirituosas
		0212			Vinhos e outras bebidas à base de vinho (ND)
			02121		Vinhos de uva (comuns, espumosos e licorosos)
				021211	Vinhos tintos, brancos e rosados com denominação de origem (D.O.)

* Níveis idênticos à COICOP

6. NOTAS EXPLICATIVAS E REGRAS GERAIS DE COMPREENSÃO

As Notas Explicativas apresentadas cobrem os vários níveis da CCIO, procurando delimitar bem o âmbito e dar o melhor entendimento possível de cada nível.

Em várias situações as Notas Explicativas apresentam também regras de classificação das despesas, devendo os utilizadores desta classificação estar atentos a este facto.

As Notas Explicativas desta primeira edição da CCIO reflectem um grande esforço de trabalho de adaptação à realidade portuguesa e de harmonização com os quadros europeus e mundiais, constituindo por isso também um importante instrumento de conhecimento e de apoio à recolha e análise estatística.

Regra geral as Notas Explicativas apresentam duas partes: uma relativa ao “compreende ou o que inclui” cada nível e outra sobre o “não inclui” (com as situações de dúvida ou de conflito com o âmbito do respectivo nível, identificando a Categoria mais ajustada para a sua classificação).

Apesar dos desenvolvimentos conseguidos com as Notas Explicativas, geradoras de grande rigor e autonomia de aplicação pelos diversos utilizadores desta classificação, prevê-se que venham a surgir situações em que não seja fácil determinar a classificação mais ajustada para uma determinada despesa.

Na realidade, apesar da CCIO permitir classificar todas as despesas relacionadas com o consumo das famílias, existem situações que, quer pela heterogeneidade da despesa, quer pelo insuficiente detalhe ou homogeneidade dos níveis da CCIO, terão de ser superadas com recurso às regras de classificação e a decisões coordenadas na implementação desta classificação.

7. UNIDADES ESTATÍSTICAS E REGRAS DE CLASSIFICAÇÃO

Toda a classificação é utilizada em primeiro lugar para classificar ou agrupar as unidades estatísticas, para posterior observação e análise.

As unidades estatísticas (elementos de um conjunto que se pretende observar e analisar) devem ser bem definidas e facilmente identificadas de forma a assegurar a qualidade da informação e das análises.

As unidades a classificar pela CCIO são as despesas (efectivas ou imputadas) com a aquisição de bens ou serviços de consumo individual e do consumo efectivo individual (derivado do consumo individual pela adição das transferências sociais).

Os dados das despesas de consumo individual provêm dos inquéritos às despesas familiares que recolhem dados a partir da estrutura da CCIO ou de outras fontes.

Salienta-se que apesar de as unidades de classificação serem as despesas em bens ou serviços de consumo individual (e não despesas em funções ou objectivos definidos pelas Divisões 01 a 12 da CCIO) estas despesas podem agrupar-se nos diferentes objectivos definidos pelas referidas Divisões da CCIO.

Apesar das despesas com bens ou serviços serem em geral de fácil classificação por estarem afectos a um único objectivo, situações há em que a mesma despesa em bens ou serviços pode satisfazer vários objectivos.

Sempre que uma determinada despesa em bens ou serviços de consumo individual se reparte por objectivos múltiplos e não sendo possível distribuir as despesas pelas Categorias da CCIO, os bens ou serviços devem ser classificados segundo o seu objectivo principal ou predominante, tomando como referência o seguinte:

- Caso se admita que a despesa do bem ou serviço representa mais de 50% numa Categoria da CCIO, esta define o objectivo principal ou predominante da despesa do bem ou serviço
- Caso a despesa em bens ou serviços não esteja compreendida em mais de 50% numa Categoria da CCIO o objectivo principal ou predominante do bem ou serviço deverá ser determinado pela importância relativa da despesa realizada em cada objectivo, ponderado pelo nível Divisão (nível mais agregado da CCIO que estabelece o objectivo).

Para uma melhor compreensão de como proceder quando uma despesa se reparte por várias Categorias com mais dum objectivo, atente-se nas situações a seguir apresentadas:

Caso de despesas com inscrição de criança em estabelecimento particular do 2º Ciclo

Despesa (bens ou serviços)	% aproximada do total por Categoria	CCIO				
		Categoria	Subclasse	Classe	Grupo	Divisão
Farda escolar	20%	031231	03123	0312	031	03
Livros escolares	35%	095111	09511	0951	095	09
Inscrição	45%	101032	10103	1010	101	10

Neste caso a despesa reparte-se por três objectivos/Divisões (03, 09 e 10) não detendo qualquer Categoria mais de 50%. A despesa deve, por isso, ser imputada ao objectivo 10 por a Categoria 101032 deter o valor mais elevado.

Caso de despesa num estabelecimento de manutenção física

Despesa (bens ou serviços)	% aproximada do total por Categoria	CCIO				
		Categoria	Subclasse	Classe	Grupo	Divisão
Massagem	25%	121123	12112	1211	121	12
Produtos de beleza	25%	121323	12132	1213		
Suplementos alimentares	20%	061120	06112	0611	061	06
Alimentação	30%	111121	11112	1111	111	11

Neste caso, apesar do valor da Categoria 111121 (30%) ser superior a qualquer das outras três Categorias, as duas Categorias 121123 e 121323 representam 50% e como pertencem ao mesmo objectivo (12), será este o objectivo principal ou predominante.

Para além das situações em que é possível por aproximação imputar uma determinada despesa a um objectivo principal ou predominante, situações há em que as despesas em bens ou serviços com objectivos mistos não permitem a abordagem exposta.

Encontram-se neste caso as despesas realizadas em pacotes e para as quais a CCIO determina a sua classificação em termos de Categoria/Objectivo.

A título de exemplo, embora possam ocorrer outros, referem-se os seguintes casos:

- Despesas com uma viagem de férias com transporte, alojamento e alimentação (classifica-se na Categoria 096020)
- Despesas com passes combinados de meios de transporte, que envolvem autocarro, metro e comboio (classificam-se na Categoria 073500)
- Despesas com internamento de doentes, envolvendo tratamento médico, alimentação, alojamento e transporte (classifica-se na Classe 0630).

8. DEFINIÇÕES E CONCEITOS COM INTERESSE ESPECÍFICO

Tratando a CCIO das despesas de bens e serviços do consumo individual das famílias, considera-se importante incluir no âmbito da Apresentação Geral algumas definições e conceitos específicos que permitam um melhor entendimento desta classificação.

Como a CCIO incorpora já todo o trabalho de harmonização com outros documentos metodológicos disponíveis a nível do SEN, apenas se considera relevante colocar aqui em destaque algumas definições e conceitos específicos para um melhor conhecimento e utilização desta classificação.

Destas definições e conceitos específicos destacam-se os seguintes:

Bens duradouros (D)

Despesas de consumo pelas pessoas individuais e pelas famílias, em proveito próprio, em bens materiais, com uma vida útil superior a um ano e um valor de aquisição relativamente alto.

Bens e serviços com objectivo misto

Bens e serviços compreendidos numa só Categoria da CCIO por corresponder a uma única despesa (ex: pacote turístico), apesar de pertencerem a mais do que um objectivo definidos pela CCIO.

Bens e serviços com objectivos múltiplos

Bens e serviços que podem ser afectos a mais do que um objectivo definidos pelas diferentes Divisões da CCIO (ex: combustível para veículos de transporte ou veículos recreativos).

Bens não duradouros (ND)

Despesas de consumo pelas pessoas individuais e pelas famílias, em proveito próprio, em bens materiais, com uma vida útil inferior a um ano, de consumo imediato ou no curto prazo.

Bens semi-duradouros (SD)

Despesas de consumo pelas pessoas individuais e pelas famílias, em proveito próprio, em bens materiais, com uma vida útil superior a um ano em valor de aquisição relativamente mais baixo do que um bem duradouro.

Consumo de bens

Objectos materiais (duradouro, semi-duradouro ou não duradouro) consumidos pelas famílias em proveito próprio.

Consumo de serviços

Despesas de consumo pelas pessoas e pelas famílias em espécies imateriais.

Consumo efectivo ou final por objectivo

Entendem-se as despesas do consumo individual de bens e serviços suportadas pelas pessoas individuais ou pelas famílias em proveito próprio, acrescidas das transferências sociais das Instituições Sem Fins Lucrativos e da Administração Pública

Consumo Individual por objectivo

Entendem-se as despesas com o consumo individual de bens e serviços das pessoas individuais ou das famílias, suportadas em proveito próprio.

Rendas efectivas (rendas para habitação)

Quantitativo devido mensalmente ao senhorio pela utilização do alojamento/fogo para fins habitacionais.

Rendas fictícias

Rendas a aplicar às habitações ocupadas pelos proprietários, sendo este quantitativo estimado com base no valor real praticado nos contratos de arrendamento pela utilização de uma habitação não mobilada, naquele parque habitacional.

Serviço (S)

Valor comercializável não constituído por um objecto material.

Serviços de Intermediação Financeira Indirectamente Medidos (SIFIM)

Corresponde à remuneração indirecta obtida pelas instituições financeiras nas operações de depósitos e empréstimos que realizam com os seus clientes.

Nota: *A classificação dos bens em (D, SD e ND) e dos Serviços (S) respeita o estabelecido pela COICOP da OCDE.*

Algumas Classes (nível onde é feita esta Classificação) incluem bens e serviços, bens duradouros com bens semi-duradouros ou mesmo bens semi-duradouros com bens não duradouros.

As Classes classificadas com S e que contêm bens e serviços considerou-se, na impossibilidade de separar os bens dos serviços, que a componente serviços é predominante. Idêntico entendimento ocorre quando uma Classe inclui bens duradouros e semi-duradouros.

Os níveis Subclasse e Categoria da CCIO apresentam-se mais homogéneas em termos dos bens e serviços, pelo que oferecem melhores condições para uma arrumação mais representativa por tipos de bens e serviços consumidos.

9. APROVAÇÃO DA CCIO PELO CSE

O Grupo de Trabalho das Classificações Económicas e Sociais (GT CES) do CSE aprovou a CCIO na 2ª reunião, realizada em 3 de Novembro de 2009.

Nesta reunião aprovou também, por unanimidade, a 2ª Recomendação a enviar à Secção Permanente de Coordenação Estatística (SPCE) do CSE para aprovação da CCIO.

A SPCE aprovou a CCIO, por unanimidade, pela 13ª Deliberação, de 16 de Março de 2010, em anexo à presente classificação.

ESTRUTURA

Divisão	Grupo	DESIGNAÇÃO
01		PRODUTOS ALIMENTARES E BEBIDAS NÃO ALCÓOLICAS
	011	Produtos alimentares
	012	Bebidas não alcoólicas
02		BEBIDAS ALCÓOLICAS, TABACO E NARCÓTICOS
	021	Bebidas alcoólicas
	022	Tabaco
	023	Narcóticos
03		TECIDOS E OUTROS MATERIAIS, VESTUÁRIO, CALÇADO, ACESSÓRIOS, LIMPEZA, REPARAÇÃO E ALUGUER
	031	Tecidos e outros materiais, artigos de vestuário, acessórios, limpeza, reparação e aluguer
	032	Calçado, acessórios, reparação e aluguer
04		RENDAS, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DA HABITAÇÃO; ABASTECIMENTO DE ÁGUA, SANEAMENTO, ELECTRICIDADE, GÁS E OUTROS COMBUSTÍVEIS
	041	Rendas efectivas da habitação (inclui anexos e garagens)
	042	Rendas imputadas à habitação (inclui anexos e garagens)
	043	Manutenção e pequenas reparações da habitação
	044	Abastecimento de água, recolha de resíduos, saneamento e outros serviços relacionados com a habitação
	045	Electricidade, gás e outros combustíveis, vapor, gelo e água quente
05		MOBILIÁRIO, ARTIGOS DE DECORAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO, REVESTIMENTOS PARA O CHÃO, TÊXTEIS PARA O LAR, ELECTRODOMÉSTICOS E UTENSÍLIOS E ACESSÓRIOS DOMÉSTICOS, FERRAMENTAS, MANUTENÇÃO CORRENTE DA HABITAÇÃO
	051	Mobiliário, artigos de decoração e iluminação, revestimentos para o chão e sua reparação
	052	Têxteis para o lar e sua reparação
	053	Electrodomésticos e aparelhos não eléctricos (inclui reparação)
	054	Loiças, vidros, cristais, utensílios e artigos domésticos não eléctricos em qualquer material (inclui reparação)
	055	Ferramentas, máquinas, equipamentos e acessórios, para casa e jardim (inclui aluguer e reparação)
	056	Produtos e serviços domésticos para manutenção corrente da habitação

Divisão	Grupo	DESIGNAÇÃO
06		SAÚDE
	061	Medicamentos, dispositivos médicos, suplementos alimentares, biocidas, medicamentos tradicionais à base de plantas, homeopáticos e outros produtos de aplicação no homem
	062	Serviços médicos, paramédicos e outros serviços de saúde, prestados em ambulatório; aluguer de equipamento e serviços de ambulâncias
	063	Serviços hospitalares com internamento
07		TRANSPORTES
	071	Veículos rodoviários pessoais, novos e usados
	072	Pecas, combustível, manutenção, reparação, circulação, estacionamento e outras despesas relacionadas com a utilização de veículos pessoais
	073	Serviços de transporte
08		CORREIOS, EQUIPAMENTO E SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES
	081	Serviços postais e de courier
	082	Equipamentos de telecomunicações (inclui reparação)
	083	Serviços de telecomunicações
09		LAZER, ENTRETENIMENTO, DESPORTO E CULTURA
	091	Equipamentos e acessórios audiovisuais, fotográficos e informáticos (inclui reparação)
	092	Pranchas, embarcações, caravanas, instrumentos musicais, mesas de jogos e outros bens duradouros para lazer, entretenimento e cultura (inclui reparação)
	093	Jogos, brinquedos, artigos desportivos, flores, plantas, animais de companhia e outros artigos e equipamentos recreativos, de lazer e entretenimento
	094	Serviços desportivos, recreativos e culturais
	095	Livros, jornais, revistas e outro material impresso, artigos de papelaria e de desenho
	096	Pacotes de viagens turísticas
10		EDUCAÇÃO
	101	Educação pré-escolar e ensino básico (1º e 2º ciclo)
	102	Ensino básico (3º ciclo) e secundário
	103	Ensino pós-secundário não superior
	104	Ensino superior
	105	Outros tipos de ensino, sem nível escolar

Divisão	Grupo	DESIGNAÇÃO
11		RESTAURAÇÃO E ALOJAMENTO EM HOTÉIS E SIMILARES
	111	Restauração e similares
	112	Serviços de alojamento em hotéis e similares
12		OUTROS BENS E SERVIÇOS
	121	Cuidados pessoais de estética e de bem estar, aparelhos eléctricos, artigos e produtos para higiene e cuidados pessoais
	122	Prostituição
	123	Artigos de joalharia, bijutaria, ourivesaria, relojoaria, malas, carteiras, bolsas, outros artigos de uso pessoal e para lar, artigos religiosos e funerários (inclui reparação)
	124	Apoio social
	125	Seguros
	126	Serviços financeiros
	127	Serviços diversos
13		DESPESAS DE CONSUMO INDIVIDUAL DAS INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS AO SERVIÇO DAS FAMÍLIAS (ISFLSF)
	131	Rendas de habitação das ISFLSF
	132	Saúde pelas ISFLSF
	133	Serviços desportivos, recreativos e culturais pelas ISFLSF
	134	Educação pelas ISFLSF
	135	Apoio social pelas ISFLSF
	136	Outros serviços pelas ISFLSF
14		DESPESAS DE CONSUMO INDIVIDUAL DAS ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS
	141	Rendas de habitação das Administrações Públicas ao serviço das famílias
	142	Saúde pela Administração Pública ao serviço das famílias
	143	Serviços desportivos, recreativos e culturais pelas Administrações Públicas ao serviço das famílias
	144	Educação pela Administração Pública ao serviço das famílias
	145	Apoio social pela Administração Pública ao serviço das famílias